

coisa, se o País baixar a guarda e julgar que o caso se encerra com seu desfecho político. O que se quer dizer é o seguinte: a perda do poder, por mais formidável que seja, é ainda pouco, como punição, dado o tamanho da ofensa. Ou, em outras palavras, mais técnicas: o desfecho do processo político deve se dar sem prejuízo dos efeitos penais do caso. Ou ainda, de forma curta e grossa: cadeia neles. Cadeia e seqüestro de bens, para a recuperação até da última piastra havida de forma criminosa.

O cataclisma político que ora despenca sobre o Palácio do Planalto não pode ser motivo para que se raciocine: "Eles já sofreram o suficiente. Vamos deixá-los em paz". Se assim for, teremos voltado à frase registrada no início, que se pretende memorável. Ou seja, por mais que a CPI tenha dado em alguma coisa, e deu mesmo, pelo menos em um aspecto o caso todo não terá dado em nada. O aspecto dos procedimentos que levam os acusados por roubos às penas de indenização pelos bens roubados e privação da liberdade.

Nos Estados Unidos, como prêmio à renúncia que poupou o País do processo de *impeachment*, o Presidente Richard Nixon ganhou o perdão de seu sucessor, Gerald Ford. Com isso, foi isentado de culpa antes mesmo que se iniciassem os processos de crimes comuns contra ele. No Brasil isso é impossível. Não existe uma figura jurídica que previamente anule os processos, como o perdão americano. Mas existe aqui o deixa pra lá, o esquecimento, o amolecimento depois que passa a empolgação.

Contra esses perigos é bom ter sempre em mente o que fez a turma ora em desgraça. Ela deu um *ippon* no Erário. Tinha um tiro só e o aplicou na boca do cofre. A quadrilha, ora desarticulada, constituiu-se numa associação para delinquir que, tirante os casos das duas Máfias, a italiana e a americana, a Camorra e os cartéis de Medellín e Cali, dificilmente terá concorrência, em volume de negócios, ao redor do mundo, e certamente ganhará até mesmo dessas organizações, se o critério for a velocidade com que se amealha o patrimônio.

Se perde o poder mas não o feliz encontro marcado com as dezenas de milhões, talvez centenas de milhões de dólares que a esperam em algum lugar do mundo, a turma terá se dado bem, apesar da humilhação. Tudo terá valido a pena. E mais. Terá sido pavimentado o caminho para a volta, um dia."

Este é o artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, que — repito — a quase totalidade da população brasileira gostaria de ter assinado.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero relatar um fato que bem expressa o sentimento da população brasileira em face da terrível crise que o País vive no momento. O jornal *O Dia*, de Macapá, traz na primeira página a seguinte nota:

**"PREFEITO DE
CALÇOENE FOGE
DO MUNICÍPIO**

Há cerca de uma semana, funcionários da Prefeitura de Calçoene resolveram que a melhor forma de

chamar atenção para o grave problema de atraso do pagamento de seus salários, era mostrar ao Prefeito do Município, Jorge Salomão Santana, que o povo não é tão pacato como parece. Revoltados com a falta de salário, os servidores incendiaram a residência do Prefeito e apedrejaram o prédio da Prefeitura. Salomão escondeu-se numa casa próxima e conseguiu fugir num carro para Macapá."

A nota diz ainda, Sr. Presidente, que estava previsto um comício na cidade com a presença do atual Governador do Estado, corrupto e notório perseguidor. Cancelaram o evento, com medo das manifestações. O Governador e seus assessores saíram da cidade.

Como se vê, Sr. Presidente, nos confins do Amapá, em um pequeno Município, a população, desesperançada, já não agüenta mais essa situação por que passa a Nação brasileira. Qualquer ato serve de gota d'água para que o povo extravase toda a sua angústia, toda a sua revolta, toda a sua fúria, contra o caos em que o País vive atualmente.

Sr. Presidente, este momento é gravíssimo, porque a população brasileira espera, com grande expectativa, que o Congresso Nacional aja de acordo com a opinião pública, de acordo com o que ela pensa. Não é verdade que o voto secreto serve para preservar a autonomia e a independência do Parlamentar. Isto, a população brasileira não vai aceitar. O voto secreto serve para esconder os aproveitadores, aqueles que vão trair a vontade do povo, e serve também para macular a imagem do Congresso Nacional.

Tenho certeza de que o Presidente Ibsen Pinheiro não incorrerá no gravíssimo erro de adotar o voto secreto na apreciação de matéria tão importante, talvez a mais importante da história do nosso País. A opinião pública não poderá distinguir entre aqueles que estarão votando de acordo com a vontade do povo e aqueles que irão vender o voto, irão ceder à ameaça, à intimidação que está sendo planejada pelo Palácio do Planalto. É inaceitável a situação.

A opinião pública vai dar uma resposta ao Congresso Nacional. Da mesma forma que se rebelou, indignada e humilhada, contra os graves fatos revelados pela CPI, vai também se rebelar contra os Parlamentares com assento nesta Casa, caso se adote o voto secreto. Enganam-se os Parlamentares que estão pensando que a população não reagirá. A população brasileira não vai tolerar esse grave erro de se permitir a permanência dessa quadrilha no Governo, não vai tolerar que a Nação brasileira continue sendo assaltada.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Lourival Freitas, o Sr. Jairo Azi, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Max Rosemann, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Max Rosemann) — Concedo a palavra ao Sr. Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive oportunidade de assistir ao último pronunciamento do Sr. Fernando Collor de Mello, sobre o qual já me manifestei neste plenário. Considero-o um pronunciamento feito por um ex-Presidente da República, porque o Sr. Fernando Collor de Mello não tem mais qualquer autoridade perante o povo brasileiro.

Sr. Presidente, infelizmente, pude constatar, mais uma vez, que o Presidente Collor mentiu. Mentiu quando falou, por exemplo, com toda humildade, que, tendo batido o carro,

depois ele já não era mais o mesmo, e teve de vendê-lo para comprar outro de menor valor. Sr. Presidente, nós acompanhamos as notícias do acidente, no tempo em que Collor era considerado super-homem, superpresidente, no tempo em que corria, saltava de pára-quadras, andava de submarino, de supersônico, dava cavalo-de-pau em carreta. Nesse dia, S. Ex^a saiu com a sua caminhonete e fechou o coitado de um chacareiro que estava levando comida para seus porcos. O chacareiro bateu com sua kombi velha na Veraneio do "ex-Presidente da República", que teve a porta um pouquinho amassada. Agora, S. Ex^a tenta justificar-se dizendo que o carro já não era mais o mesmo, simplesmente porque uma porta havia sido arranhada. Não sei se algum "fantasma" se habilitou a pagar o concerto da kombi do chacareiro. Na verdade, o que pudemos constatar foi mais uma maneira do Presidente da República no seu pronunciamento de domingo.

Sr. Presidente, ontem um outro fato me deixou profundamente preocupado: o casamento da Força Sindical, liderada pelo Sr. Luiz Antônio de Medeiros, com a FIESP. Convoaram um ato público, segundo eles, pelo **impeachment** e, ao mesmo tempo, pela manutenção da modernidade. Pergunto: que tipo de modernidade Collor está praticando no Brasil? Modernidade são milhões de trabalhadores desempregados, nas ruas? Modernidade é o arrocho brutal do salário dos servidores públicos? Modernidade é a ausência de reforma agrária? Modernidade é a entrega das riquezas nacionais ao capital internacional? Se modernidade for isso, sinceramente não podemos aceitá-la.

Desde o primeiro momento, batalhamos pelo **impeachment** do Presidente Collor, pela punição de todos os corruptos envolvidos nesse processo — dos corruptos e dos que corromperam, porque PC Farias é tão criminoso quanto os empresários que lhe passaram dinheiro. Então, qual a moral desses empresários para falarem de **impeachment**? O que eles querem, na realidade, é uma saída negociada para o Sr. Fernando Collor de Mello, para que tudo continue como era antes, jogando-se o lixo para baixo do tapete e, mais uma vez, traíndo-se os interesses da sociedade e da classe trabalhadora. Nós, do Partido dos Trabalhadores, não aceitamos negociação, em hipótese alguma. O que queremos é que a lei seja cumprida, que o Congresso Nacional tenha dignidade e moral para votar o afastamento e punir todos os corruptos e corruptores envolvidos nesse processo. Os empresários que deram dinheiro para o Sr. PC Farias, que pagaram propina, que participaram de negociações para enriquecer ainda mais, e de maneira ilícita, têm de ser punidos.

Também não aceitamos essa balela de que o voto tem de ser secreto. O voto tem de ser aberto. O Deputado tem que ter a coragem de votar abertamente e depois sair às ruas e justificar, perante sua família e seus eleitores, o porquê do seu voto. Ele não pode esconder-se atrás do biombo da covardia, que é o voto secreto. Portanto, defendemos o voto nominal, aberto, para que o Deputado vote e tenha a coragem de encarar seus eleitores lá fora, arcando com as conseqüências do seu ato.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a entrega, pela Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e mais de uma centena de entidades, do pedido de **impeachment** do Presidente Collor ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, é um ato histórico, e terá repercussão nacional, como já vinha tendo anteriormente.

No meu modo de ver, este ato é importante porque vai fazer com que a mobilização popular, que já é forte, que toma as ruas de todo o Brasil, cresça consideravelmente. A partir da deflagração do processo de **impeachment** nesta Casa, com a entrega do pedido feito pela Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e mais de uma centena de entidades, vamos ter, com certeza, uma pressão ainda maior da sociedade para que sejam punidos todos os responsáveis pelos desmandos, pela corrupção, pela locupletação no Serviço Público, por tudo aquilo que foi comprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que fez um trabalho hoje aplaudido por toda a Nação.

Sr. Presidente, o Brasil é tido como o País da impunidade; mas, a partir do momento em que tivermos essas punições, que — acredito — virão após a aprovação do **impeachment** do Presidente Collor, as pessoas acreditarão mais nas instituições, acreditarão mais, inclusive, nos homens que vão ocupar os cargos públicos.

Creio que a mobilização da sociedade, demonstrada pelas entidades que hoje aqui estão entregando o pedido de **impeachment**, vai crescer e talvez nos conduzir àquilo em que muitos já não acreditam: o afastamento do Presidente através da renúncia. O isolamento do Presidente Collor é hoje algo concreto: não bastasse o esfacelamento da sua base de sustentação partidária nesta Casa, hoje já não há um segmento da sociedade que apóie o Presidente Collor, que não diga que o melhor seria a sua renúncia. E a partir de amanhã deveremos ter fatos novos, inclusive a saída de Ministros, que abandonarão seus cargos. Essa sucessão de fatos e a pressão da sociedade, que vai aumentar, no meu modo de ver, vão determinar ao Presidente Collor a atitude que já deveria ter tomado: a da renúncia.

Esta atitude é a melhor para o País, neste momento, e a mais digna a ser tomada pelo Presidente, de quem se esperava que ocupasse uma cadeia de rádio e televisão para isso, para anunciar a sua renúncia, o seu afastamento. Mas preferiu o Presidente usar os meios de comunicação para dizer uma série de inverdades, para atacar o Congresso Nacional, de forma despropositada e mentirosa, para dizer inclusive que esta Casa tem tido má vontade com determinados projetos do Governo.

Sr. Presidente, S. Ex^a citou três projetos: o da Advocacia-Geral da União, o da modernização e desregulamentação dos portos e o da propriedade industrial. A Câmara votou 2 desses 3 projetos. Não há má vontade. Ao contrário, o que estamos procurando fazer nesta Casa é aperfeiçoar os projetos que vêm do Governo, e o estamos fazendo com competência. O Presidente Collor disse que o Congresso Nacional deseja cassar em 10 dias o seu mandato, mas quem deseja a saída do Presidente é o povo brasileiro. O Congresso Nacional, de forma responsável, através da CPI, reuniu mais de 30 mil documentos que comprovam o envolvimento do Presidente Collor em 6 crimes comuns e em crime de responsabilidade. Pelos crimes comuns, será julgado, com certeza, pelo Supremo Tribunal Federal; pelo crime de responsabilidade, será julgado por esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a posição do PMDB, já declarada, a posição fechada da bancada, é pelo **impeachment**. Hoje estão o Presidente do meu partido e suas lideranças participando da entrega do pedido de **impeachment** feito por centenas de entidades. Devo dizer que a bancada do PMDB nesta Casa — e falo pela Liderança, novamente — vai votar fechada e unida pelo **impeachment**. A bancada do PMDB